

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.272 - BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 6 DE ABRIL DE 2001

Senado define normas que apressam ações por dispensa com justa causa

Plenário aprova, em turno suplementar, projeto de lei que estabelece em 120 dias o prazo máximo para julgamento de processos trabalhistas abertos por empregados demitidos por justa causa. Matéria voltará agora à análise da Câmara

Ex-dirigente diz que Flamengo criou esquema paralelo para administrar contrato com a ISL

Os US\$ 80 milhões repassados pela empresa suíça ISL ao Flamengo não passaram pelo caixa do clube, disse ontem à CPI do Futebol o ex-vice-presidente de Finanças Bruno Caravello.

Os senadores Geraldo Althoff e Álvaro Dias, durante o depoimento do ex-dirigente do Flamengo Bruno Caravello



PÁGINA 4

Projeto de lei aprovado ontem, em turno suplementar, pelo Senado fixa em até 120 dias o período para julgamento final de ações trabalhistas propostas por pessoas demitidas por justa causa. Foi estabelecido o prazo máximo de 30 dias para a realização da audiência de conciliação. O objetivo do projeto é evitar a utilização indevida da dispensa por justa causa para descumprir obrigações legais no ato de indenização. Também foi acolhido projeto que pune com maior rigor os crimes praticados com uso de violência ou de grave ameaça. O texto, apresentado originalmente pelo senador Romeu Tuma, recebeu substitutivo, de autoria do senador Bernardo Cabral.

PÁGINA 3

Parlamentares pedem a prisão de empresário que faltou a audiência



PÁGINA 4

Jader: fornecedor do painel deve ser responsabilizado

Se ficar comprovado que o sistema de votação eletrônica instalado no Plenário nunca preservou de forma efetiva o sigilo, a empresa que forneceu o equipamento e o programa deve ser responsabilizada. A opinião é do presidente do Senado, Jader Barbalho.

PÁGINA 2



Parlamentares que integram a comitiva de Jospin visitam o Senado

PÁGINA 2



Hugo Napoleão, que saudou em discurso os parlamentares franceses, mostra o Plenário do Senado aos visitantes

Dutra e Ademir pedem apoio de senadores à CPI da Corrupção

Em pronunciamentos no Plenário, José Eduardo Dutra e Ademir Andrade apelaram ontem aos parlamentares para que ouçam "a voz da sociedade" e assinem o requerimento de criação da CPI destinada a apurar denúncias de corrupção.

PÁGINA 7

Eduardo Jorge promete enviar documentos pedidos pela CFC

O senador Ney Suassuna recebeu ontem do ex-secretário-geral da Presidência Eduardo Jorge a promessa de enviar, após a Semana Santa, a documentação desejada pela Comissão de Fiscalização e Controle.

PÁGINA 2

Eduardo Jorge promete a Suassuna enviar documentos à CFC

Na reunião que manteve com o presidente da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), ontem à



Ney Suassuna: continuidade nas investigações

tarde, o ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira garantiu que encaminhará, logo após a Semana Santa, cópia do rastreamento que o Banco Central fez do dinheiro desviado das obras de construção do fórum trabalhista de São Paulo. A CFC está dando continuidade às investigações sobre a suposta participação do ex-secretário no desvio dessas verbas.

Ney Suassuna explicou que o próprio Eduardo Jorge se ofereceu para ir até seu gabinete a saber que as investigações poderiam ser agilizadas se o ex-secretário encaminhasse à CFC cópia dos documentos do rastreamento do Banco Central e dos processos existentes contra ele no Ministério Público do Distrito Federal e de São Paulo. "Falei por telefone com Eduardo Jorge e disse que estava preparando um ofício pedindo a documentação e ele, gentilmente, veio buscar o ofício", relatou o senador.

Relator na CFC do processo referente ao caso Eduardo Jorge, Suassuna antecipou que após analisar os documentos avaliará se será necessária a convocação do ex-secretário para prestar depoimento. "Verei se tenho condições ou não de emitir relatório apenas analisando a documentação. Se eu verificar que tem alguma falha, chamarei Eduardo Jorge, os procuradores do Ministério Público que estão tratando do assunto e quem mais seja preciso", completou.

Jader quer responsabilizar empresa que forneceu painel

Presidente entende que o Senado deve tomar providências caso a comissão de inquérito conclua que o sistema nunca preservou votações secretas

Apesar de ainda não ter recebido o relatório da comissão encarregada de apurar se houve violação do painel eletrônico de votação do Senado, o senador Jader Barbalho, presidente da Casa, disse ontem já ter convicção formada no sentido de que a empresa contratada para fornecer esse equipamento deve ser responsabilizada pela vulnerabilidade que o sistema apresenta. Jader entende que o Senado

não pode deixar de tomar alguma medida contra o responsável ou responsáveis pelo fornecimento do equipamento e do programa, caso o relatório da comissão encarregada de investigar a questão do painel eletrônico "efetivamente conclua que o sistema é falho desde o início e nunca preservou de forma efetiva as votações secretas".

A comissão interna que investiga a vulnerabilidade do painel

eletrônico deve apresentar seu relatório final na próxima quarta-feira, indicando os responsáveis pelas falhas do sistema. Caso seja necessário, caberá ao primeiro-secretário abrir processos administrativos contra os servidores que eventualmente tenham contribuído para a fragilidade do sistema ou os que se omitiram na segurança das informações sobre as votações secretas.

Moreira é o vice da comissão que examina a MP do Código Florestal

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) foi eleito ontem vice-presidente da comissão mista destinada a examinar a medida provisória que altera o Código Florestal. Ele foi indicado pelo PFL para substituir o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que ocupou a vice-presidência da comissão até dezembro passado.

Atualmente, a comissão mista está procedendo a uma nova avaliação da MP, que foi substancialmente modificada pelo governo. Criada em 1999, a comissão chegou a aprovar parecer propondo projeto de lei de conversão para transformar a medida provisória em lei. No entanto, orientados pelo relatório do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), deputados e senadores estão reexaminando a MP, em consequência das mudanças subsequentes que foram introduzidas no texto original.

O presidente da comissão, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), confirmou a realização de audiências públicas nos dias 18, 19 e 20 deste mês, no Acre e em Rondônia. No próximo dia 27, a comissão irá à cidade de Toledo (PR), onde pretende conhecer melhor a experiência dos pequenos produtores, que são maioria na região Sul.

Parlamentares franceses fazem visita ao Senado

Grupo de parlamentares que integram a comitiva do primeiro-ministro francês Lionel Jospin foi recebido ontem no Plenário do Senado pelo presidente da Casa, senador Jader Barbalho. Em um discurso de boas-vindas, o líder do PFL, senador Hugo Napoleão (PI), reconheceu o valor da França para as artes e a literatura, além de ressaltar a importância daquele país para o comércio externo brasileiro.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a França adota uma política de combate à pobreza e ao desemprego que deveria servir de modelo para o Brasil.

A delegação francesa é composta pelos seguintes parlamentares: senador Jean-Marie Poirier, presidente da Seção do Mercosul do grupo de Amizade França-América do Sul; senador Philippe Adnot, presidente da seção Brasil do Grupo de Amizade França-América do Sul; deputado Christian Henri Nayrou, presidente do Grupo de Amizade França-Brasil; Isabelle Cochor, assessora do primeiro-ministro, e Gael Veyssiére, da Divisão América do Sul do Ministério das Relações Exteriores da França.



Prefeitos pretendem sensibilizar o governo federal e o Congresso Nacional para uma extensa pauta de reivindicações

Presidente do Senado recebe prefeitos de SC

O presidente do Senado, Jader Barbalho, recebeu ontem de manhã o deputado Edinho Bez e um grupo de 14 prefeitos de Santa Catarina que participaram, em Brasília, da concentração de chefes de executivos municipais promovida pela Confederação Nacional dos Municípios a fim de sensibilizar o governo federal e o Congresso Nacional para uma extensa pauta de reivindicações. Ao agradecer a visita, o senador renovou seu apoio ao trabalho dos prefeitos e seu compromisso com uma ação política destinada a ampliar e melhorar os canais de diálogo com os órgãos do governo federal. "Fortalecer o município e os governos municipais é fortalecer a própria democracia", destacou Jader.

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 6 DE ABRIL DE 2001

Presidente
Senador Jader Barbalho

PLENÁRIO

9h - Sessão não-deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Segunda-feira
14h30 - Sessão não-deliberativa

Terça-feira
14h30 - Sessão não-deliberativa

Quarta-feira
14h30 - Sessão não-deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mazarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Dispensa por justa causa pode ter prioridade na Justiça

Projeto aprovado ontem em turno suplementar fixa em no máximo 120 dias o prazo para julgamento desses processos. Senadores também acolhem proposta de maior rigor contra crimes praticados com uso de violência ou grave ameaça

O Senado aprovou ontem, em turno suplementar, projeto de lei que dá prioridade de julgamento aos processos judiciais envolvendo a demissão de empregados por justa causa. Conforme o projeto, as ações trabalhistas ajuizadas por empregados demitidos por justa causa deverão ter audiência de conciliação e julgamento em, no máximo, 30 dias, contados a partir da data em que a ação foi apresentada. O julgamento final dos processos deve ocorrer em no máximo 120 dias.

A matéria, relatada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pelo senador Roberto Freire (PPS-PE), visa combater a "indústria da justa causa". Como destacaram Freire e Moreira Mendes (PFL-RO), relator do projeto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ela é utilizada por muitos empregadores para se desobrigarem do pagamento de encargos trabalhistas.

O substitutivo ao projeto original, de autoria de Moreira Mendes, havia sido aprovado no Plenário em primeira votação no último dia

22. Como não houve apresentação de emendas no turno suplementar, não foi necessária nova votação em Plenário, sendo o texto considerado definitivamente aprovado no Senado. A proposta, originária da Câmara, será agora reexaminada pelos deputados.

LEI PENAL

Por não terem sido apresentadas, igualmente, emendas de Plenário ao substitutivo de autoria do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) ao projeto de lei original, foi considerada definitivamente aprovada a proposição que pretende reprimir com maior rigor a conduta criminosa quando houver uso de violência ou grave ameaça. Apresentado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), o projeto aumenta o cumprimento da pena necessário para progressão do condenado para um regime carcerário mais brando.

O projeto prevê que, em caso de pena superior a oito anos, a progressão só poderá ocorrer depois que o preso tiver cumprido ao menos dois quintos da pena. Se for

reincidente, terá de cumprir três quintos da condenação. O projeto também altera a Lei de Execução Penal, permitindo ao juiz consultar outros profissionais em regiões onde não há disponibilidade de técnico para a realização de exame criminológico.

Por acordo de lideranças, ficou adiada para o próximo dia 25 a votação do projeto que aumenta os prazos de filiação partidária para candidatos a cargos eletivos. A proposição, do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), exige que o candidato esteja filiado a um partido por, no mínimo, um ano, no caso de nunca ter se filiado a uma agremiação. No caso de troca de partido, o prazo estabelecido é de quatro anos, no mínimo.



Os senadores querem que se realize em até 30 dias a audiência de conciliação das ações ajuizadas por empregados demitidos por justa causa

Senado discute PEC que pretende pôr fim à "guerra" entre estados

No primeiro dia de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional (PEC) que garante ao Senado competência para regulamentar a concessão de incentivos fiscais pelos estados, o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) afirmou que a proposta trata de maneira homogênea o que é heterogêneo. Para ele, cada estado deve poder identificar suas carências e aprovar, de acordo com suas necessidades, os subsídios a serem concedidos.

A PEC, que permite ao Senado definir os critérios de estímulo à atração de investimentos para cada região do país, foi aprovada em primeiro turno em 28 de março, por 63 votos sim, dois não e uma abstenção. Para seu autor, o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), a proposta vai acabar com a chamada "guerra fiscal" entre os estados.

Com a PEC, os estados e o Distrito Federal poderão conceder isenção ou benefício fiscal, desde que obedecendo a critérios a serem definidos por resolução do Senado. Os subsídios, isenções, reduções de base de cálculo, concessões de crédito presu-

mido, anistia ou remissão relativos a impostos, taxas ou contribuições só poderão ser concedidos mediante lei específica federal, estadual ou municipal.

Na discussão, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) considerou a PEC apropriada, por dar ao Senado a oportunidade de intervir na questão, e afirmou que seu partido apóia a proposta do senador do PFL. Osmar Dias (PSDB-PR) disse que o governo de seu estado não sabe agora o que vai acontecer com o dinheiro que foi colocado para subsidiar a construção de três fábricas de automóveis. Lembrou que uma delas já fechou, por não atingir 10% de sua meta de vender 40 mil automóveis por ano.

— Esses incentivos acabam tendo um custo muito alto para a Federação. É preciso estabelecer uma regra que dê ao Senado a atribuição de autorizar ou não a política de incentivos que o estado precisa desenvolver — afirmou.

Casildo Maldaner (PMDB-SC) também participou da discussão. Para ele, é preciso acabar com a verdadeira guerra fiscal entre os



Waldeck Ornélas sugere que o Senado estabeleça critérios para a concessão de vantagens fiscais

estados, observada no Brasil nos últimos anos.

A PEC será ainda submetida a dois dias de discussão, antes de ser finalmente votada em Plenário.

CADERNOS ESCOLARES

Também transcorreu ontem o quarto dia de discussão, em primeiro turno, da PEC que isenta de impostos os cadernos escolares. Para o autor da proposta, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), os cadernos escolares constituem item indispensável ao cotidiano das crianças e dos jovens, merecendo assim que se favoreça sua aquisição, barateando seu custo. Na sessão desta quinta-feira, nenhum senador quis pronunciar-se sobre o tema. A matéria terá ainda mais um dia de discussão, antes de ser votada em Plenário.

Trechos da BR-401 em Roraima recebem novas denominações

Dois projetos de lei aprovados ontem pelo Plenário do Senado dão denominações a trechos da BR-401 no estado de Roraima. O primeiro, apresentado pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), denomina "Rodovia Governador Ene Garcez" o trecho que vai da capital do esta-



Pedro Simon é o autor da proposta de criar uma capela ecumênica

Mozarildo, é uma bifurcação da estrada que leva até o município de Normandia. O senador, que pediu também a aprovação do projeto do colega de bancada, explicou que o homenageado foi o primeiro prefeito do município de Normandia.

CAPELA

Também foi aprovado requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que determina a criação, nas dependências do Senado, de uma capela ecumênica. É a segunda vez que o parlamentar apresenta proposta nesse sentido.

Na primeira vez, em 1991, a proposição foi rejeitada com o argumento de que à época era difícil encontrar acomodações adequadas até mesmo para órgãos da administração da Casa, conforme parecer do então senador Saldanha Derzi.

Na primeira vez, em 1991, a proposição foi rejeitada com o argumento de que à época era difícil encontrar acomodações adequadas até mesmo para órgãos da administração da Casa, conforme parecer do então senador Saldanha Derzi.

Sete emissoras de rádio têm sua concessão ou permissão aprovadas

Três renovações de concessão, duas renovações de permissão e duas novas outorgas de permissão a emissoras de rádio foram aprovadas ontem, em Plenário, pelos senadores.

Foram outorgadas permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM) para a Fundação Sara Nossa Terra, na cidade de Planaltina (GO), e para a Rádio Timbó, na cidade do mesmo nome em Santa Catarina.

A Diário Rádio e Televisão e a

Fundação Frei João Batista Vogel tiveram renovadas as permissões para explorar o serviço de radiodifusão em FM nas cidades de Ribeirão Preto (SP) e Anápolis (GO), respectivamente.

Foram renovadas as concessões para a Gazeta Comunicações transmitir em Santa Cruz do Sul (RS); para a Rede Norte Sul de Comunicação funcionar em Porto Alegre (RS); e para a Fundação Educacional Sant'Ana explorar o serviço em Caicó (RN). Todas elas transmitem em ondas médias (OM).

Ex-dirigente diz que dinheiro do Flamengo não passava pelo caixa

Recursos provenientes de contrato com a empresa suíça ISL eram controlados por um "conselhinho", afirma ex-vice-presidente do clube

Ao prestar depoimento ontem à CPI do Futebol, o ex-vice-presidente de Finanças do Clube de Regatas Flamengo Bruno Caravello informou que os recursos previstos no contrato firmado com a empresa suíça ISL, no total de US\$ 80 milhões, não passavam pelo caixa do clube. Segundo Caravello, a decisão partiu do Conselho Deliberativo, que privou a direção do Flamengo de qualquer controle sobre a aplicação desse dinheiro, destinado a custear compra de jogadores, despesas de instalações e outras dívidas.

Caravello disse ter participado pouco da elaboração do contrato com a ISL, mas revelou que todos os negócios relativos ao direito de marca e propriedade do clube eram acompanhados por um "conselhinho", organismo criado por delegação do Conselho Deliberativo. Segundo o presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), o valor atual da dívida do Flamengo, sem contar os débitos incluídos no contrato com a ISL, situam-se em R\$ 144 milhões. Em 2000, revelou Álvaro, a empresa suíça só cobriu US\$



Geraldo Althoff e Álvaro Dias ouvem o depoimento de Bruno Caravello, ex-vice-presidente de Finanças do Flamengo, na CPI do Futebol

14 milhões das dívidas do clube.

Apesar do contrato milionário de venda de imagem firmado com a ISL, segundo o relator da CPI, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), o Flamengo fechou o exercício passado com o patrimônio líquido negativo em R\$ 106 milhões. Diante desse resultado, o próprio Conselho Fiscal do clube emitiu parecer, rejeitando o balanço e a prestação de contas de 2000, alegando as seguintes irregularidades: divergência de valores entre o balanço patrimonial

e o balancete de verificação, ausência de documentos fundamentais à fiscalização, má utilização de recursos e não adequação das contas ao orçamento aprovado pelo Conselho de Administração do clube.

O depoimento da contadora do Flamengo, Maria Ângela Alves Luz, foi tomado em sessão secreta. Ao ser questionada por Althoff sobre se teria sido vítima de constrangimento ou ameaça por ter sido convocada a depor na CPI, Maria Ângela preferiu silenciar em público.

CPI do Futebol vai ouvir procuradores sobre relação de clubes com os bingos

O presidente da CPI do Futebol, senador Álvaro Dias, agendou para o dia 18, às 10h, depoimentos de quatro procuradores. Raquel Branquinho deve falar sobre a investigação da relação dos bingos com os clubes de futebol do Rio de Janeiro, enquanto Celso Antônio Três vai tratar da apuração sobre a prática de lavagem de dinheiro por bingos da região da serra gaúcha. Já os procuradores Daniel Prazeres e Arthur Gueiros devem prestar esclarecimentos sobre o inquérito criminal aberto contra o clube carioca Botafogo.

No dia 19, a CPI pretende ouvir o presidente da Federação de Futebol de Minas Gerais, Otávio Ferreira da Costa. O presidente da comissão também anunciou a decisão de convocar, para depoimentos, o contador Osvaldo Ferreira e o funcionário Ariberto Pereira do Santos Filho, da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Também encaminhou pedido de quebra do sigilo bancá-

rio e fiscal da empresa Wando de Melo Promoções Esportivas, que intermediou o passe dos jogadores Lúcio, Sandro e Viola junto ao Santos Futebol Clube.

Outro requerimento aprovado pela CPI do Futebol refere-se à convocação do diretor social do Santos, Alberto Francisco de Oliveira Júnior. O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) conseguiu aprovar requerimento solicitando à comissão que apresentasse, junto à OAB do Rio de Janeiro, representação contra o advogado Antônio Augusto de Abranches. O pedido baseia-se em tentativa de constrangimento denunciada pela contadora do Flamengo, Maria Ângela Alves Luz, durante depoimento prestado por ela à Polícia Federal.

Segundo Paes de Barros, o advogado já havia tentado suspender o funcionamento da CPI, a partir de um mandado de segurança impetrado junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), negado pelo ministro Carlos Velloso.

Por solicitação do relator da comissão, senador Geraldo Althoff, também deve ser encaminhada representação ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, para apurar suposto crime praticado pelo advogado carioca no episódio.

Também chegou à CPI do Futebol requerimento do presidente da comissão de estatuto do Santos Futebol Clube, Mario Melo Soares, que prestou esclarecimentos à comissão na última terça-feira. Mario Melo pediu garantia de segurança pessoal à comissão, por conta do ambiente hostil criado no clube depois que denunciou ex-dirigentes por prática de irregularidades. Diante das ameaças de represália contra o depoente, o senador Álvaro Dias decidiu encaminhar o caso à Polícia Federal. E lembrou que a CPI já convocou o ex-presidente Samir Abdul-Hak e o ex-vice-presidente José Paulo Fernandes para explicarem as acusações feitas contra eles.

Comissão de Orçamento aprova contas do Executivo

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem relatório do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) sobre as contas do presidente da República de 1999. As contas foram consideradas de acordo com as normas constitucionais e legais e livres de "elementos que maculem as ações do governo".

Conforme a mensagem enviada pelo Executivo ao Congresso, a receita orçamentária líquida naquele

ano (deduzidos as restituições e os incentivos fiscais) alcançou o montante de R\$ 606,4 bilhões, resultado inferior em R\$ 29,3 bilhões à previsão inicial. A execução da despesa orçamentária alcançou o montante de R\$ 588,5 bilhões, representando 92,6% do total dos créditos autorizados para o período. Os deputados João Cóser (PT-ES), Fernando Coruja (PDT-SC) e João Grandão (PT-MS) votaram contra.

CPI pede prisão preventiva de empresário em Campinas

Reunida na Câmara Municipal de Campinas, a comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que investiga o roubo de cargas determinou a prisão preventiva do empresário Ari Natalino da Silva, dono de uma distribuidora de combustível. O empresário faltou a depoimento marcado para ontem. Foi a terceira vez que Ari Natalino faltou à convocação para prestar informações e a Polícia Federal está encarregada de encontrá-lo.

Sob a presidência do senador Romeu Tuma (PFL-SP), a CPI tomou, em nove horas de trabalhos, seis depoimentos de pessoas presas sob a acusação de roubo de cargas e empresários do setor de distribuição de combustíveis. Além de Tuma, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) e seis deputados, membros da CPI,



Tuma presidiu reunião em Campinas



acompanham hoje os depoimentos de 11 presos envolvidos com o crime organizado.

O relator da comissão, deputado Oscar Andrade (PFL-RO), de acordo com informações do detento Jorge Meres, que coopera com a CPI, já identificou que em Campinas funciona a base de uma das maiores quadrilhas de roubo de cargas do país, que teria conexões em 14 estados brasileiros. Meres trabalhou como motorista do empresário William Sozza, atualmente preso e apontado como o cérebro da quadrilha.

ACM afirma que caso Banpará não poderia ter sido arquivado

Em nota distribuída à imprensa no início da noite de ontem, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) sustenta que o Ministério Público do estado do Pará não poderia ter arquivado o processo sobre denúncias de irregularidades no Banco do Estado do Pará (Banpará) à época em



Antonio Carlos: prescrição só ocorreria em 2004

que o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) foi governador do estado. Ele afirma que a prescrição só ocorreria em 2004. Conforme a nota, vários juristas consultados disseram que os possíveis crimes não estão prescritos, como alegou o procurador ao arquivar o processo. Antonio Carlos diz que os juristas lembram que a pena máxima para o

crime de peculato (desvio de dinheiro público por funcionário do Estado) é de 12 anos de reclusão. Nesse caso, a pena é acrescida de quatro anos (uma terça parte a mais) por se tratar de "crime praticado por titular de cargo de direção" na administração pública, elevando o total a 16 anos. Assim, o prazo de prescrição seria de 20 anos, conforme o artigo 109 do Código Penal, acrescenta o senador.

"Jamais poderia o Ministério Público estadual arquivar o processo. Muito menos ainda pela circunstância de que reconhece a existência de ato criminoso (materialidade)", diz a nota.

Suplicy quer ouvir eleitores sobre candidatura ao Planalto

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pôs seu endereço eletrônico e o número de fax à disposição dos filiados de seu partido e de toda a sociedade para que se manifestem sobre a possibilidade de ele vir a ser o candidato do Partido dos Trabalhadores a presidente da República nas eleições do ano que vem.

Suplicy disse que ainda não tomou uma decisão definitiva sobre o assunto, mas contou que tem conversado com líderes do PT e pretende ouvir a opinião de outras pessoas para saber se abre mão de sua candidatura em favor de Luiz Inácio Lula da Silva, ou se prossegue na disputa.

– Quero transmitir que estou

aberto ao diálogo e peço que escrevam para mim e façam recomendações sobre o que devo fazer – afirmou o senador, cujo e-mail é esuplicy@senador.senado.gov.br e o número de fax, (61) 323-6249.

O senador afirmou ainda que o combate às desigualdades sociais e a realização da justiça social, aliados ao empenho pela ética na administração pública, serão os principais temas dos debates da disputa pela Presidência.

– Acredito que um bom presidente tem condições e deverá instituir, até meados do próximo mandato presidencial, um programa de renda básica a todos os brasileiros que vivem na miséria – assinalou.

Sebastião Rocha critica normas da ANS para planos de saúde

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) criticou ontem, em Plenário, as resoluções da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) que normatizam os planos de saúde e definem critérios de exclusão para portadores de doenças preexistentes, que têm cobertura parcial. Segundo ele, há 434 restrições, o que tem levantado críticas de entidades médicas e de defesa dos direitos do consumidor.

– Tamanha insensibilidade da Agência Nacional de Saúde Suplementar pode levar ao agravamento e à morte de inúmeras pessoas, que ficarão sem assistência médica – disse, lembrando que no mês de abril se encerra o prazo de consulta pública das resoluções, que foram disponibilizadas na Internet pela ANS.

GENOMA

O parlamentar também voltou a mencionar os projetos de sua autoria que tratam de regulamentar os procedimentos de engenharia genética. A seu ver, o Congresso deve se apressar para aprovar uma legislação para o setor, que se desenvolve rapidamente, com a codificação do genoma humano e a possibilidade de clonagem. Ele salientou que já é possível realizar a clonagem humana, e defendeu a proibição, no Brasil, de qualquer procedimento nesse sentido. Sebastião Rocha ressaltou, no entanto, dessas restrições as pesquisas que buscam obter órgãos humanos para transplantes através da clonagem.

De acordo com os projetos apresentados pelo senador, ficaria proibida qualquer discriminação com base em informações genéticas, sendo criado o “sigilo genético”. Para ele, há o temor de que, com a disse-



Para Rocha, a “insensibilidade da agência pode levar à morte de inúmeras pessoas”

minação de exames laboratoriais, os dados genéticos individuais possam ser desvendados, criando até mesmo dificuldades para uma pessoa obter emprego, aderir a um plano de saúde ou fazer um seguro de vida.

Ele defende a organização de um simpósio sobre biotecnologia, mencionando os bem-sucedidos seminários realizados sobre saúde suplementar e saúde ocular e a audiência pública a respeito do uso de silicone, todos patrocinados pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

LEILÃO

Rocha fez ainda um apelo à Caixa Econômica Federal (CEF) para que a instituição negocie com as 350 famílias que ocupam o conjunto habitacional “Marco Zero”, no Amapá. O conjunto será leiloado pela CEF, apesar de os apartamentos estarem ocupados desde 1994.

Finalmente, incentivou os servidores públicos dos antigos territórios a aderirem ao Programa de Assistência de Saúde criado pelo governo, que beneficiará, segundo disse, cerca de 100 mil pessoas já a partir do mês de abril.

Cândido lamenta novo acidente em instalações da Petrobras

Morte ocorrida no Campo de Caioba (SE) é, na opinião dele, mais um sinal da deterioração das condições de segurança do trabalho na empresa

Ao referir-se à ocorrência de outro acidente em plataforma de petróleo – na última quarta-feira, no Campo de Caioba, em Sergipe –, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) cobrou explicações da Petrobras para a seqüência de problemas registrados nesse campo pela empresa. Um funcionário de 29 anos que trabalhava com sonda de produção morreu, elevando para 93 o número de mortes nos últimos anos, informou o senador.

Na opinião de Cândido, a situação da Petrobras “está cada vez pior” no que diz respeito à questão da segurança no trabalho. “A sociedade precisa cobrar uma ação efetiva da diretoria da empresa no sentido de evitar mais acidentes com perdas de vidas humanas e poluição do meio ambiente”, sustentou.

Ele reafirmou ontem sua disposição de participar da subcomissão criada para investigar o afundamento da plataforma petrolífera P-36, na Baía de Campos, no Rio de Janeiro. A subcomissão, que tem caráter temporário, foi criada no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Senadores integrantes da CI indicaram o nome de Geraldo Cândido para presidir a subcomissão. Cândido lembrou que os membros da própria subcomissão decidirão quem vai presidi-la, e se dispôs a colaborar.

O parlamentar voltou a lamentar da decisão da CI de desconstituir a subcomissão permanente,



Cândido cobra ações para evitar acidentes “com perdas de vidas e poluição do meio ambiente”

criada por sugestão sua, para investigar acidentes que afetem o meio ambiente. Para Geraldo Cândido, o único a votar contra a proposta, a desconstituição foi “um equívoco e representa um retrocesso”.

– Faltou visão do que representaria para a sociedade ter uma subcomissão no Senado permanentemente voltada para investigar os crimes ambientais que ocorrem no país – disse.

O senador lembrou a contínua agressão ao meio ambiente que ocorre em vários estados do país, e disse que é improvável a criação de uma subcomissão toda vez que acontece algum acidente grave. Além do afundamento da P-36, Geraldo Cândido listou alguns incidentes que têm prejudicado o meio ambiente no país, com destaque para os vazamentos de óleo no Rio e no Paraná; um acidente

na refinaria de Landulfo Alves, na Bahia, com mortes; a situação do lixo nuclear da usina de Angra dos Reis (RJ); a poluição na Baía de Vitória e na Baía de Guanabara; e o desmatamento das florestas brasileiras.

FUNDO DE GARANTIA

No mesmo pronunciamento, Cândido reclamou o pagamento da correção das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aos trabalhadores que detinham conta nos anos de 1989 e 1990, época dos planos Collor e Verão. O governo federal anunciou que começará a pagar, parceladamente, a partir de julho do ano que vem.

– Que os trabalhadores foram lesados e que eles devem ser ressarcidos é fato que foi recentemente reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal – acentuou Geraldo Cândido, lembrando que a dívida total do governo com os trabalhadores é de R\$ 42 bilhões.

O senador criticou o fato de a proposta governamental trazer uma perda de quase 29% do total que os trabalhadores têm a receber e de o Executivo haver encaminhado um projeto de lei complementar para regular a proposta.

– Não satisfeito em transferir para as empresas e os trabalhadores o ônus quase total pela obrigação que é sua e que não quer cumprir, o governo agora quer transferir para o Congresso o ônus dessa sua decisão – protestou o senador.

Maldaner redama do aumento dos assaltos em Santa Catarina

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) manifestou preocupação com a crescente ocorrência de assaltos de rua em seu estado. Ele fez um apelo ao ministro da Justiça, José Gregori, no sentido de procurar uma solução para impedir que os assaltantes, em motocicletas, se escondam por trás dos capacetes de uso obrigatório no trânsito para fugir da identificação por parte dos transeuntes ou da polícia. “Talvez exigir que os capacetes sejam transparentes”, completou.

Ele leu correspondência da Câ-

mara de Vereadores de Itajaí (SC) relatando a verdadeira onda de assaltos de rua, sempre praticados do mesmo modo. Segundo Maldaner, o mesmo está ocorrendo nas cidades de médio e grande porte do estado. “Acredito que o problema esteja se transformando em nacional, porque li o mesmo tipo de ocorrência nos jornais de Brasília”, disse.

Maldaner saudou ainda uma comitiva de prefeitos de Santa Catarina que estava em visita ao Senado, acompanhada pelo deputado estadual Manuel Motta. Ele enfati-



Segundo Casildo Maldaner, muitos assaltantes usam capacete para evitar que sejam identificados

zou a efetiva participação dos 200 prefeitos de seu estado presentes ao Encontro de Brasília na elaboração da pauta de reivindicações que encerrou a reunião de ontem.

Mozarildo cobra ação contra doenças infecto-contagiosas

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) cobrou do ministro da Saúde, José Serra, ações mais eficazes de vigilância epidemiológica nas áreas de maior incidência de doenças infecto-contagiosas. Ele alertou para o crescimento do número de ocorrências dessas moléstias, principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

Nesse sentido, Mozarildo questionou o fato de José Serra não haver atendido requerimento que apresentou, em janeiro do ano passado, convocando-o para dar explicações sobre os problemas da febre amarela e da dengue no Brasil.

O senador informou que em vários pontos do território nacional é grande a incidência de casos de malária, dengue, hanseníase, tuberculose e febre amarela. Somente na Amazônia Legal, observou, a incidência da malária atinge índices elevadíssimos, tendo se verificado um aumento da ordem de 39,9% dos casos da doença entre 1998 e 1999.



Mozarildo Cavalcanti aponta falhas na vigilância epidemiológica

Também a tuberculose e a hanseníase voltaram a ser registradas em várias regiões, informou o senador, acrescentando que o Brasil é vice-campeão mundial em número de casos de hanseníase. "Só a Índia nos supera nessa triste estatística", lamentou Mozarildo.

Em sua opinião, o recrudescimento de doenças que chegaram a ser consideradas erradicadas é resultado de falhas na vigilância epidemiológica, associadas a mudanças provocadas pela urbanização acelerada e pela falta de planejamento habitacional e de saneamento. Ele observou que, atualmente, cerca de 70% das verbas do setor de saúde destinam-se aos hospitais e à assistência de doentes e não à prevenção das doenças.

Como forma de debater a questão e buscar soluções, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) solicitou, em aparte, o apoio de Mozarildo para a instalação da Subcomissão da Saúde no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais.

Francelino saúda lançamento de perfil de Luís Eduardo

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) registrou em Plenário, ontem, o lançamento do livro *O Perfil Parlamentar de Luís Eduardo Magalhães*, escrito pelo jornalista Augusto Nunes, por ocasião do terceiro aniversário da morte do deputado baiano, filho do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Francelino destacou que o presidente Fernando Henrique Cardoso escreveu o prefácio da obra, revelando detalhes antes desconhecidos de sua convivência com o então deputado do PFL, que foi líder do

governo no Congresso Nacional.

Entre os aspectos mais interessantes revelados pelo presidente da República, o senador citou a recusa do deputado em aceitar a vice-presidência da República, na chapa de Fernando Henrique. Luís Eduardo preferiu, na época, evitar o confronto com a ala do PSDB que resistia à sua candidatura.

Classificando o prefácio de "do-



Francelino Pereira destaca o prefácio escrito por Fernando Henrique

cumento importante do ponto de vista histórico", Francelino sugeriu ao presidente Fernando Henrique que, ao terminar o mandato, escreva suas memórias políticas, revelando as experiências vividas à frente da administração do país.

Com isso o presidente estará trazendo uma contribuição importante para quem estuda o Brasil, afirmou o Senador.

TV Senado debate relação entre imprensa e poder

No Dia do Jornalista, comemorado em 7 de abril, a TV Senado exibe a *Entrevista Especial* com Carlos Chagas, em que ele fala da relação entre imprensa e poder no Brasil, assunto de seu livro recentemente lançado. O programa será apresentado amanhã e reprisado no domingo, sempre às 15h.

O Dia Mundial da Saúde, também comemorado em 7 de abril, neste ano é dedicado à saúde mental, e a TV Senado exibirá uma série de programas sobre deficiência mental, produzidos pela TV Escola. Amanhã às 3h e no domingo às 22h30, *Deficiência Mental – Ameaça ou oportunidade*; amanhã às 6h, *Deficiência*

Mental – Estimulação intensificada (0 a 3 anos); às 8h30, *Deficiência Mental – Brincar é coisa séria* (4 a 6 anos); às 13h, *Deficiência Mental – O desafio da escola* (7 a 11 anos); às 17h, *Deficiência Mental – Passagem para adolescência*; às 23h30, *Deficiência Mental – Vida adulta e cidadania*.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO HOJE

6h – *Cores do Brasil* – Rio Grande do Sul
6h30 – *Cidadania* – Roberto Martins, presidente do IPEA, e Luiza Bairos da ONU falam sobre a discriminação racial
7h30 – *Entrevista* – O ministro das Relações Exteriores de Cuba, Felipe Perez Roque, fala sobre as relações Cuba, Brasil e o Mercosul
8h – *Jornal do Senado* – As principais notícias do dia
8h30 – *Saúde/Unip* – Reabilitação de paralisias
9h – Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após – Reunião conjunta da Comissão de Fiscalização e Controle e Comissão de Assuntos Econômicos – Audiência pública com Arminio Fraga, presidente do Banco Central, sobre avaliação do cumprimento das metas do BaCen, conforme prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal (gravado)
13h – *Entrevista* – O ministro das Relações Exteriores de Cuba, Felipe Perez Roque, fala sobre as relações Cuba, Brasil e o Mercosul
13h30 – *Cidadania* – O sen. Eduardo Suplicy e o diretor do Instituto de Estudos Empresariais, Henri Siegert Chazan, falam sobre a crise social brasileira.
14h30 – Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 – *Quem tem medo da música clássica?* Concerto para violão e cordas de Vivaldi e Concerto para violão e orquestra de Mauro Giuliani
19h30 – *Cidadania* – O sen. Sebastião Rocha e o dr. Pedro Gabriel Delgado, coordenador de saúde mental do Ministério da Saúde, falam sobre a reforma psiquiátrica
20h30 – *Entrevista* – O ministro das Relações Exteriores de Cuba, Felipe Perez Roque, fala sobre as relações Cuba, Brasil e o Mercosul
21h – *Jornal do Senado* – As principais notícias do dia
21h30 – *Espaço Cultural* – Arnaldo Cohen
22h – *Fala Cidadão* – A conexão do Senado com a sociedade

22h30 – *Teatro Arthur Azevedo* – Show Razamérica
24h – *Cores do Brasil* – Rio Grande do Sul

SÁBADO

0h30 – *Idéias* – Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
1h – *Cidadania* – O sen. Eduardo Suplicy e o diretor do Instituto de Estudos Empresariais, Henri Siegert Chazan, falam sobre a crise social brasileira.
2h – *Saúde/Unip* – O álcool e a sociedade – Parte 1
2h30 – *Jornal do Senado* – O resumo das atividades do Senado
3h – *TV Escola* – Deficiência Mental: Ameaça ou oportunidade
3h30 – *Entrevista* – O secretário de Estado da Justiça de Portugal, Diogo Lacerda Machado, fala sobre as experiências judiciais Brasil x Portugal
4h – *Saúde/Unip* – O álcool e a sociedade – Parte 1
4h30 – *Jornal do Senado* – O resumo das atividades do Senado
5h – *Canal Médico* – Anestesia em debate: raque, peridural ou as duas
6h – *TV Escola* – Deficiência mental: estimulação intensificada – 0 a 3 anos
6h30 – *Agenda Econômica* – dep. Delfim Netto
7h30 – *Entrevista* – O sen. Carlos Patrocínio fala sobre construção civil e habitação
8h – *Jornal do Senado* – O resumo das atividades do Senado
8h30 – *TV Escola* – Deficiência mental: brincar é coisa séria – 4 a 6 anos
9h – *Fundação Joaquim Nabuco* – É de São João
9h30 – *De Coração* – Vivendo a vida com qualidade – dr. Marcus Bolivar Malaquias
10h – *Quem Tem Medo da Música Clássica?* Concerto para violão e cordas de Vivaldi e Concerto para violão e orquestra de Mauro Giuliani
11h – *Idéias* – Os senadores: opinião, discursos e novos projetos

11h30 – *Fala Cidadão* – A conexão do Senado com a sociedade
12h – *Jornal do Senado* – O resumo das atividades do Senado
12h30 – *Entrevista* – O sen. Nilo Teixeira fala sobre as políticas de transporte urbano
13h – *TV Escola* – Deficiência mental: o desafio da escola – 7 a 11 anos
13h30 – *Agenda Econômica* – dep. Delfim Netto
14h30 – *Espaço Cultural* – Arnaldo Cohen
15h – *Entrevista Especial* – Jornalista Carlos Chagas
16h – *Saúde/Unip* – O álcool e a sociedade – Parte 1
16h30 – *Entrevista* – O sen. Alberto Silva fala sobre as novas fronteiras agrícolas
17h – *TV Escola* – Deficiência mental: passagem para adolescência
17h30 – *Idéias* – Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
18h – *Quem Tem Medo da Música Clássica?* Concerto para violão e cordas de Vivaldi e Concerto para violão e orquestra de Mauro Giuliani
19h – *Fundação Joaquim Nabuco* – É de São João
19h30 – *Cidadania* – O sen. Sebastião Rocha e o dr. Pedro Gabriel Delgado, coordenador de saúde mental do Ministério da Saúde, falam sobre a reforma psiquiátrica
20h30 – *Entrevista* – O ministro das Relações Exteriores de Cuba, Felipe Perez Roque, fala sobre as relações Cuba, Brasil e o Mercosul
21h – *Jornal do Senado* – O resumo das atividades do Senado
21h30 – *Teatro Arthur Azevedo* – Jane Duboc
22h30 – *Especial* – Pantanal
23h – *Fala Cidadão* – O Senado e a sociedade na TV
23h30 – *TV Escola* – Deficiência mental: vida adulta e cidadania
24h – *Canal Médico* – Anestesia em debate: Raque, peridural ou as duas

DOMINGO

1h – *Cidadania* – Roberto Martins, presidente do IPEA, e Luiza Bairos da ONU falam sobre a discriminação racial
2h – *Saúde/Unip* – O álcool e a sociedade – Parte 2
2h30 – *Jornal do Senado* – O resumo das atividades do Senado
3h – *Especial* – Pantanal

3h30 – *Entrevista* – O ministro das Relações Exteriores de Cuba, Felipe Perez Roque, fala sobre as relações Cuba, Brasil e o Mercosul
4h – *Saúde/Unip* – O álcool e a sociedade – Parte 2
4h30 – *Jornal do Senado* – O resumo das atividades do Senado
5h – *Idéias* – Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
5h30 – *Especial* – Pantanal
6h – *Cores do Brasil* – Espírito Santo
6h30 – *Canal Médico* – Anestesia em debate: raque, peridural ou as duas
7h30 – *Entrevista* – O sen. Alberto Silva fala sobre as novas fronteiras agrícolas
8h – *Jornal do Senado* – O resumo das atividades do Senado
8h30 *Especial* – Pantanal
9h – *Fundação Joaquim Nabuco* – É de São João
9h30 – *Saúde/Unip* – O álcool e a sociedade – Parte 2
10h – *Quem Tem Medo da Música Clássica?* Concerto para violão e cordas de Vivaldi e Concerto para violão e orquestra de Mauro Giuliani
11h – *Fala Cidadão* – A conexão do Senado com a sociedade
11h30 – *Idéias* – Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
12h – *Jornal do Senado* – O resumo das atividades do Senado
12h30 – *Entrevista* – O sen. Carlos Patrocínio fala sobre construção civil e habitação
13h – *Especial* – Pantanal
13h30 – *Cidadania* – Roberto Martins, presidente do IPEA, e Luiza Bairos da ONU falam sobre a discriminação racial
14h30 – *Espaço Cultural* – Arnaldo Cohen
15h – *Entrevista Especial* – Jornalista Carlos Chagas
16h – *De Coração* – Vivendo a vida com qualidade – dr. Marcus Bolivar Malaquias
16h30 – *Entrevista* – O sen. Nilo Teixeira fala sobre as políticas de transporte urbano
17h – *Especial* – Pantanal

17h30 – *Fala Cidadão* – A conexão do Senado com a sociedade
18h – *Quem Tem Medo da Música Clássica?* Concerto para violão e cordas de Vivaldi e Concerto para violão e orquestra de Mauro Giuliani
19h – *Fundação Joaquim Nabuco* – É de São João
19h30 – *Agenda Econômica* – Dep. Delfim Netto
20h30 – *Entrevista* – O secretário de Estado da Justiça de Portugal, Diogo Lacerda Machado, fala sobre as experiências judiciais Brasil x Portugal
21h – *Jornal do Senado* – O resumo das atividades do Senado
21h30 – *Teatro Arthur Azevedo* – Jane Duboc
22h30 – *TV Escola* – Deficiência mental: ameaça ou oportunidade
23h – *Idéias* – Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
23h30 – *Especial* – Pantanal
24h – *Quem Tem Medo da Música Clássica?* Concerto para violão e cordas de Vivaldi e Concerto para violão e orquestra de Mauro Giuliani

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
9h – Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida – Música e Informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e Informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Nordeste*
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste*
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste*
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Dutra prevê manifestações a favor da CPI em todo o país

Líder oposicionista diz que ato público em Brasília foi um protesto contra a "operação-abafa" montada pelo presidente Fernando Henrique

O líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), afirmou ontem que haverá manifestações populares em todo o país em favor da instalação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar denúncias de corrupção no âmbito do governo.

Dutra saudou a realização, ontem, da primeira manifestação popular com tal objetivo. O ato público, realizado em frente ao Congresso Nacional, contou com a participação de sindicatos, entidades da sociedade civil e partidos políticos, e foi um protesto, de acordo com o senador, contra a "operação-abafa" montada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para barrar a criação da CPI. Dutra apelou para que os senadores ouçam a voz da sociedade brasileira e assinem o requerimento para instalação da comissão.

— Por enquanto, os senadores estão preferindo ouvir a voz do Palácio do Planalto, que preten-



José Eduardo Dutra não vê independência na Corregedoria Geral da União

de transformar o Congresso em uma espécie de "ministério especial para assuntos legislativos" — disse, salientando as atribuições constitucionais do Poder Legislativo, que tem a função de fiscalizar as ações do Executivo.

O senador criticou a criação, por Fernando Henrique, da Corregedoria Geral da União, no momento em que se esforça para impedir a instalação da CPI. Para o senador, a Cor-

regedoria, subordinada diretamente ao presidente da República, não tem a autonomia e a independência necessárias para investigar as denúncias feitas por expoentes da própria base governista.

Dutra salientou que um dos primeiros atos de Fernando Henrique na Presidência da República foi extinguir uma comissão de alto nível criada no governo Itamar Franco para investigar, internamente, eventuais denúncias no âmbito do Executivo. Lembrando a situação do Judiciário, cuja corregedoria, observou, tem se mostrado ineficaz para combater a corrupção, o senador destacou a impossibilidade de um órgão ou comissão no âmbito do governo realizar de forma independente a tarefa de investigar irregularidades.

Dutra disse ainda que falta a assinatura de apenas um senador para que seja atingido o número necessário para a instalação da CPI.

desejo do povo que representam. Nesse sentido, ele elogiou a coragem dos senadores Pedro Simon, Roberto Requião, Maguito Vilela, José Fogaça e José de Alencar, que, mesmo fazendo parte de um partido da base de sustentação do governo, o PMDB, assinaram o pedido de CPI.

Ainda referindo-se às pressões sofridas pelos parlamentares da base governista, Ademir disse que não encontrou nenhum parlamentar favorável à venda das empresas geradoras de energia, mas acredita que eles provavelmente sofrerão pressões do presidente da República para mudarem de opinião.



Ademir Andrade elogia a "coragem" de peemedebistas que assinaram pedido de CPI

Congresso estão nas mãos da base governista, o senador afirmou que seus líderes devem escolher com quem estão sintonizados, se com a imposição do presidente ou com o

Machado diz que governo já providenciou apuração

O líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE), não crê em mobilização da sociedade pela CPI. Ele disse, em entrevista, que o governo já tomou todas as providências necessárias à apuração de irregularidades.

"O Ministério Público, a Justiça e a Corregedoria Geral da União, criada esta semana, já estão trabalhando. Tudo deve ser apurado e nós continuaremos a fazer o nosso trabalho de tentar melhorar a vida das pessoas", afirmou.



Sérgio Machado não crê em mobilização da sociedade pela criação da CPI

Ricardo Santos sugere medidas para o crescimento sustentado

Apesar de reconhecer os bons resultados obtidos pela economia brasileira em alguns setores no ano passado, com destaque para as áreas industrial e de serviços, o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) aconselhou o governo a ter cautela com a taxa de crescimento prevista para



Santos aconselha o governo a ter cautela com o crescimento de 4% previsto para 2001

2001, em torno de 4%. É que, segundo ele, um crescimento acima desse percentual poderia comprometer a balança comercial, com reflexos negativos na capacidade brasileira de mobilizar os recursos externos necessários para o financiamento do balanço de pagamentos.

Ricardo Santos entende que o crescimento econômico brasileiro será sustentado caso o governo adote uma série de medidas, a começar pela reforma tributária, manutenção da política de austeridade fiscal, apoio das instituições financeiras públicas à substituição competitiva de importações e investimentos em ciência e tecnologia. A continuação da política de redução da taxa de juros, a expansão do crédito e as ações visando à eliminação do protecionismo dos países desenvolvi-

dos foram outras sugestões apresentadas pelo senador.

— Trata-se de uma agenda de fôlego, cuja importância tem sido reconhecida pelo próprio governo e que merecerá apoio do Congresso Nacional — declarou Ricardo Santos, certo de que este é o momento de se aprofunda-

rem ações de natureza institucional em favor do desenvolvimento econômico brasileiro. O senador alertou, no entanto, que, a médio prazo, existem duas limitações ao crescimento econômico brasileiro: um possível desequilíbrio interno, que poderá gerar pressões inflacionárias, ou um desequilíbrio externo, isto é, uma crise com origem no balanço de pagamentos.

Ricardo Santos também afirmou que a reativação econômica ocorrida no ano passado provocou um forte incremento nas importações, que passaram de US\$ 49,2 bilhões, em 1999, para US\$ 55,8 bilhões em 2000, ocasionando um déficit de US\$ 700 milhões na balança comercial, "o que bem demonstra o crescente grau de integração do país ao mercado mundial".

Patrocínio quer implantação rápida da Universidade do TO

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) fez um apelo aos senadores para uma tramitação rápida da mensagem presidencial propondo a realização de concurso público destinado a compor o quadro de professores e funcionários da futura Universidade Federal do Tocantins, que já está com seu primeiro vestibular marcado para o próximo mês de julho. O Ministério da Educação deverá nomear, em breve, o primeiro reitor *pro tempore*, afirmou o senador.

A nova universidade encampará a Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) e diversos *campi* situados em cidades como Araguaína, Porto Nacional, Gurupi, Tocantinópolis e Arraias. Segundo estatísticas de 1998, citadas por Patrocínio, o estado do Tocantins já possui 7.000 alunos matriculados no ensino superior.

O senador enfatizou que, para atingir o desenvolvimento sustentável e explorar de maneira efici-



Carlos Patrocínio: "O ambiente universitário é difusor de cultura, estando sempre a olhar o futuro"

ente as riquezas existentes em seu território, impedindo que as desigualdades sociais se agravem, o estado precisa impulsionar a educação em todos os níveis. Uma universidade federal, como já existe em todas as unidades da Federação, representa, na avaliação de Patrocínio, peça-chave para atingir esses objetivos. "Além de formar quadros, o ambiente universitário é difusor de cultura, estando sempre a olhar o futuro", concluiu.

Leomar Quintanilha reivindica políticas públicas para o idoso

Senador defende programas que assegurem participação ativa nas lutas da sociedade aos cidadãos com mais de 60 anos, que já somam 14 milhões, representando 8,92% da população

Na qualidade de presidente da Subcomissão Permanente do Idoso, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) reivindicou, ontem, políticas públicas de atendimento aos anseios de valorização e reintegração dos idosos na sociedade. Ele lembrou que, no Brasil, os cidadãos com mais de 60 anos, classificados de idosos, já somam 14 milhões, representando 8,92% da população.

Quintanilha entende que a subcomissão, criada em 1999 no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, tem um importante papel a desempenhar na eliminação do desrespeito, do preconceito e da discriminação com que os idosos ainda são

tratados na sociedade brasileira.

— Assim como temos uma legislação moderna de proteção às nossas crianças e adolescentes, devemos ter, também, um tratamento diferenciado para o idoso, que não pode ser confundido com o paternalismo que temos hoje — disse.

O senador citou palavras do presidente da Sociedade Brasileira de Gerontologia, Renato Maia Guimarães, afirmando que, se a atual situação não for modificada, em breve veremos, ao lado das crianças de rua, os idosos de rua. Ele acredita que os idosos podem e devem ser incluídos entre as forças que irão contribuir para a afir-



Leomar Quintanilha é presidente da Subcomissão Permanente do Idoso, criada pela CAS em 1999

mação do Brasil no cenário político mundial.

Para permitir que esse cenário se realize, será preciso implantar programas que permitam aos idosos brasileiros compartilharem com os demais segmentos sociais os conhecimentos e as experiências que acumularam, mas que

nossa sociedade teima em desperdiçar, argumentou Quintanilha.

— Aliás, os idosos têm comprovado, através de suas associações, que desejam exatamente isso: participar ativamente das lutas da sociedade, para conquistar sua reinclusão como cidadãos de pleno direito — concluiu.

Saturnino defende intervenção do Estado para reduzir desigualdade

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) não se mostrou surpreso com a publicação de recente estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dando conta de que a distribuição de renda no país não mudou ao longo desses últimos dez anos. Para o senador, a manutenção da injustiça social deve-

se à continuidade de uma política econômica atrelada aos grandes interesses de grupos econômicos, em detrimento da maioria da população brasileira.

Roberto Saturnino entende que a distribuição de renda e a justiça social só terão êxito quando o Estado intervier e criar políticas destinadas a atender os menos favorecidos. Do contrário, observou, o quadro poderá agravar-se.

Apesar de reconhecer que nos primeiros anos da implantação do Plano Real a inflação foi contida, gerando uma ligeira melhora na qualidade de vida da população, Roberto Saturnino disse que a continuidade da política neoliberal imposta por Fernando Henrique Cardoso provocou a manutenção das injustiças sociais e a má distribuição



Saturnino vê Brasil como campeão das injustiças sociais

de renda. Ele estranha que tais injustiças sejam mantidas dentro de um sistema democrático, que em tese tem por objetivo melhorar a qualidade de vida de todos, assegurados os direitos individuais.

Na opinião de Roberto Saturnino, o Brasil continua a ser o campeão das injustiças em virtude da visão dos chamados economistas oficiais, que insistem apenas em defender o que denominou como “variáveis matemáticas” — juros, PIB e flutuações cambiais, entre outras —, ao invés de ajudarem a promover o bem-estar de toda uma população, a começar pela distribuição de renda.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) concordou com Roberto Saturnino e disse que o governo não deve apenas preocupar-se em conter a inflação, mas buscar saídas concretas que tragam benefícios diretos para a sociedade. O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) também fez coro na defesa de uma melhor distribuição de renda, observando que desde a Era Vargas pouca coisa foi feita no sentido de combater as injustiças sociais.

Suplicy: ações de FHC não correspondem às promessas

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou sua opinião de que os recentes dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que o governo do presidente Fernando Henrique não foi bem-sucedido na tarefa de reduzir as desigualdades sociais e de melhorar a distribuição de renda do país.

— A pobreza e a miséria em que se encontram quase 60 milhões de brasileiros demonstram que as ações do presidente, nos sete anos em que permaneceu no comando da nação, não corresponderam às promessas de Fernando Henrique quando assumiu e reassumiu a presidência do país — declarou Suplicy.

Segundo o senador, a frase “o Brasil tem pressa”, dita por Fernando Henrique Cardoso em seu discurso de posse, demonstrava uma intenção de promover a justiça social que não chegou a ser concretizada.

— Fernando Henrique tem a maior responsabilidade sobre o quadro que persiste de desigualdade no Brasil. As ações do governo nesse sentido foram muito modestas.

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) concordou com a necessidade de se melhorar a distribuição de renda nacional, mas disse que mudanças dessa natureza dependem, basicamente, de avanços no processo educacional. Observou ainda que muitas vezes o governante não pode fazer tudo o que deseja.

Também os senadores Ricardo Santos (PSDB-ES), Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) e Carlos Patrocínio (PFL-TO) concordaram com a preocupação de Suplicy, mas realçaram a melhora de outros índices durante o governo Fernando Henrique Cardoso.



Eduardo Suplicy diz que ações de FHC são muito modestas



Freitas Neto considera erro grave o governo optar pelo fim de um órgão que se caracterizou pela defesa do Nordeste

Para Freitas Neto, Sudene deve ser fortalecida e não extinta

A manutenção e o fortalecimento da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) seriam o caminho natural para o desenvolvimento nordestino, disse ontem o senador Freitas Neto (PFL-PI), que criticou a intenção do governo federal de extinguir o órgão e criar, em seu lugar, uma agência de fomento. Na opinião do senador, as desigualdades regionais impõem que o governo viabilize projetos que promovam o desenvolvimento dos estados das regiões mais pobres.

Segundo o senador, o próprio Senado deveria aprofundar os debates em torno das desigualdades regionais, para o que sugeriu a ampliação das atribuições da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que passaria também a estudar temas relacionados a as-

suntos regionais.

Ainda a propósito da Sudene, Freitas Neto leu a íntegra do manifesto do Dia Nacional da Luta pela Manutenção da Sudene, ocorrido nesta semana, no qual senadores, deputados, governadores e lideranças regionais manifestaram-se contra a extinção do órgão.

No manifesto, os signatários asseguram que a Sudene é um instrumento eficaz para o desenvolvimento do Nordeste e que seria um grave erro o governo optar pelo fim de um órgão que se caracterizou, historicamente, pela defesa da região. Quanto aos casos de corrupção que envolveriam a Sudene, Freitas Neto enfatizou que eles devem ser apurados com rigor, mas que não justificariam a extinção do órgão.